
POLPAR S.A.

Companhia Aberta | CVM nº 01344-7
CNPJ nº 59.789.545/0001-71 | NIRE 35.300.122.526

Proposta da Administração

**Assembleia Geral Ordinária
a ser realizada em 29 de abril de 2025**

ÍNDICE

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO	3
ANEXO I - COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES	5
Item 2 do Formulário de Referência (Anexo C da RCVM n.º 80/22)	
ANEXO II - DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO	11
Anexo A da RCVM n.º 81/22	

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

Em atenção ao disposto na RCVN nº 81/22, a administração da Companhia (“Administração”) vem apresentar as seguintes informações e propostas relativas às matérias incluídas na ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária (“Assembleia”):

1. Apreciar as contas dos administradores e das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2024

A Administração submete à deliberação dos acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e respectivas Notas Explicativas da Companhia, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, conforme deliberação do Conselho de Administração, em reunião realizada em 18 de março de 2025.

As Demonstrações Financeiras Individuais e respectivas Notas Explicativas da Companhia, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia e nos websites da Companhia, da CVM e da B3. As demonstrações financeiras da Companhia foram disponibilizadas no Sistema Empresas.NET no dia 28 de março de 2025, conforme previsto na Resolução CVM 166/22.

Os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 2 do formulário de referência (anexo C da RCVN n.º 80/22) e do artigo 10, *caput*, inciso III, da RCVN n.º 81/22, constam do Anexo I a esta Proposta.

2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024

A Administração propõe que o lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, no valor de R\$ 2.168.208,85, seja destinado da seguinte forma:

- a. o valor de R\$ 108.410,44 para o fundo de Reserva legal;
- b. o valor de R\$ 370.000,00, paga pagamento de juros sobre o capital próprio (“JCP”), destacando-se que referido valor, correspondendo a R\$ 2,37179487 por ação ordinária e R\$ 2,60897436 por ação preferencial classe A e B, foi integralmente pago em 14 de janeiro de 2025 e imputado ao valor do dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, conforme previsto no §7º do artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 23 de dezembro de 2024;

- c. o valor de R\$ 200.449,65 para pagamento de dividendos, correspondendo a R\$ 1,2849340 por ação ordinária e R\$ 1,4134267 por ação preferencial, com base na posição acionária da data da Assembleia que declarará os referidos dividendos, para pagamento em data a ser definida na referida Assembleia, passando as ações a serem negociadas “ex-direitos” a partir do primeiro dia útil imediatamente posterior a tal deliberação;
- d. o valor de R\$ 1.340.413,88 para Reserva especial destinada a futuro aumento de capital;
e
- e. o valor de R\$ 148.934,88 para Reserva estatutária especial.

As informações sobre a proposta de destinação do lucro líquido da Companhia, nos termos do artigo 10, parágrafo único, inciso II, e do anexo A, da RCVM n.º 81/22, constam do Anexo II a esta Proposta.

3. Fixar o montante global anual da remuneração dos administradores

A Companhia não pagará qualquer remuneração aos seus administradores.

As informações sobre a remuneração dos administradores, nos termos do item 8 do formulário de referência (anexo C da RCVM n.º 80/22) e do artigo 13, inciso II, da RCVM n.º 81/22, não serão apresentadas uma vez que a Companhia não pagará qualquer remuneração aos seus administradores.

ANEXO I

ITEM 2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (ANEXO C DA RCVM N.º 80/22)

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES

2.1 Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir com suas obrigações de curto e médio prazos, assim como possui acesso a diferentes fontes de financiamento. No último exercício social a Companhia registrou lucro de R\$ 2.168 mil.

b. estrutura de capital

O patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 56.185 mil, representando um acréscimo de 4,23%, ou R\$ 2.280 mil em relação a 31 de dezembro de 2023, e um acréscimo de 19,04%, ou R\$ 8.986 mil, em relação a 31 de dezembro de 2022. A variação é explicada, em sua maior parte, pelos ajustes de avaliação patrimonial decorrentes da marcação dos investimentos ao valor justo de mercado, em conformidade com as práticas contábeis vigentes.

Não existe previsão de resgate de ações no curto ou médio prazos.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria acredita que a geração de caixa da Companhia é suficiente para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não exista garantia de que tal situação permanecerá inalterada.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de recursos da Companhia são provenientes de dividendos e juros sobre capital próprio recebidos de seus investimentos. A Companhia não tem feito investimentos relevantes que necessitem de recursos.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia possui liquidez e geração de caixa consistente, suficiente para o cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazo, além de possibilitar a continuidade de seus projetos. Dessa forma, a Diretoria entende desnecessária, neste momento, a utilização de quaisquer fontes de financiamento adicionais com o intuito de cobertura de deficiências de liquidez.

f. níveis de endividamento e características das dívidas, indicando (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à Companhia

A Companhia não possui financiamentos, empréstimos ou dívidas relevantes de qualquer natureza.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

A Companhia não possui financiamentos contratados.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

O lucro da Companhia no exercício de 2024 decorreu dos juros sobre capital próprio recebidos no montante de R\$ 2.358 mil. Em comparação ao ano anterior, em 2023 a Companhia teve lucro e recebeu dividendos e juros sobre capital próprio no montante de R\$ 1.409 mil.

2.2 Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações da Companhia, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

No exercício de 2024, a Companhia apurou lucro de R\$ 2.168 mil em comparação ao lucro de R\$ 1.502 mil no exercício anterior. Os dividendos recebidos de suas participações na Suzano Holding S.A. e na Suzano S.A., no montante de R\$ 2.358 mil, mais o resultado financeiro líquido no valor de R\$ 457 mil, foram suficientes para cobrir as despesas administrativas do exercício no valor de R\$ 117 mil e as despesas de provisão do imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 530 mil.

(Em milhares de reais)

Exercício findo em

Abertura dos dividendos e juros sobre capital próprio por companhia	2024	2023	2022
	Div	Div	Div
Suzano Holding S.A.	1.060	660	1.864
Suzano S.A.	1.298	749	1.960
	2.358	1.409	3.824

(Em milhares de reais)

	Exercício findo em		
	2024	2023	2022
Receitas (despesas) operacionais			
Dividendos e juros sobre o capital próprio	2.358	1.409	3.824
Receitas (despesas) operacionais líquidas	(117)	(210)	(120)
Resultado financeiro, líquido	457	553	479
Imposto de renda e contribuição social corrente	(530)	(250)	(62)
Lucro (prejuízo) do exercício	2.168	1.502	4.121

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

2.3 Os diretores devem comentar:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As demonstrações contábeis da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

Não houve efeitos significativos das alterações em práticas contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve ressalvas ou ênfases nos pareceres dos auditores para os períodos findos em 31 de dezembro de 2024.

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais.

2.5. Caso da Companhia tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), a Companhia deve: (a) informar o valor das medições não contábeis; (b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas; e (c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia não divulgou no decorrer do último exercício social medições não contábeis.

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

A Companhia não divulgou evento subsequente nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a. regras sobre retenção de lucros

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido terá a seguinte destinação: (i) 5% será destinado ao Fundo de Reserva Legal, até o limite de 20% do capital social; (ii) 25% do lucro líquido, no mínimo, deverá ser distribuído aos acionistas a título de dividendos, nos termos do artigo 202 da Lei das S.A.; (iii) o saldo, se houver, terá o destino que, por proposta da Diretoria, com parecer favorável do Conselho de Administração, for deliberado pela Assembleia Geral, com a faculdade de destinar até 90% à Reserva para Aumento de Capital, objetivando assegurar adequadas condições operacionais. Esta reserva não poderá ultrapassar 80% do capital social. O valor remanescente será destinado à Reserva Estatutária Especial, com o fim de garantir a continuidade da distribuição de dividendos, até atingir o limite de 20% do capital social.

b. regras sobre distribuição de dividendos

O Estatuto Social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Com a conversão de 40.000 ações ordinárias em ações preferenciais, aprovada na Assembleia Geral Ordinária de 21 de dezembro de 2017, aos detentores das ações preferenciais ficou assegurado um dividendo 10% superior ao das ações ordinárias. Além disso, o Estatuto Social da Companhia permite que a Assembleia Geral atribua aos membros da Diretoria uma participação nos lucros do exercício. Por

proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, a Companhia poderá pagar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes últimos. Caso seja pago dessa forma, as importâncias desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

A distribuição de dividendos aos acionistas ocorre anualmente, sempre que houver lucro ou reservas de lucros. Ainda, de acordo com o Estatuto Social da Companhia, poderá ser levantado balanço semestral no último dia de junho de cada ano e poderá a Diretoria declarar dividendo semestral, por conta do dividendo anual; levantar balanços extraordinários e distribuir dividendos em períodos menores, por conta do dividendo anual, desde que o total de dividendo pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; e declarar dividendo intermediário à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, por conta do dividendo anual.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável a Companhia, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não há qualquer restrição quanto à distribuição de dividendos.

e. se a Companhia possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Não há política de destinação de resultados formalmente aprovada.

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: (i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos; (ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iii) contratos de construção não terminada; e (iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia não possui qualquer ativo ou passivo material que não esteja refletido em suas demonstrações financeiras, em conformidade com as práticas contábeis vigentes.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar: (a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar

as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia; (b) natureza e o propósito da operação; e (c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo: (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; (ii) fontes de financiamento dos investimentos; (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há previsão de investimentos para a Companhia.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

c. novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia relacionadas a questões ASG

Não aplicável, tendo em vista que no momento a Companhia não possui plano de negócios.

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todas as informações relevantes sobre este tópico foram informadas nos itens acima.

ANEXO II

ANEXO A DA RCVM N.º 81/22

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

1. Informar o lucro líquido do exercício

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrou um lucro líquido de R\$ 2.168.208,85.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

	Valor por ação	TOTAL R\$ (mil)
Juros sobre capital próprio		
Ações Ordinárias	2,372	161
Ações Preferenciais	2,609	209
Total		370
Dividendos propostos		
Ações Ordinárias	1,285	87
Ações Preferenciais	1,413	113
Total		200

Os juros sobre capital próprio no montante de R\$ 370.000,00 foram pagos em dinheiro em 14 de janeiro de 2025, com base na posição acionária de 23 de dezembro de 2024. As ações passaram a serem negociadas “ex-direitos” a partir de 26 de dezembro de 2024 (segundo dia útil imediatamente posterior a tal deliberação).

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

O percentual do lucro líquido para distribuição com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 é de 27,68%.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

	Valor por ação	TOTAL R\$ (mil)
Dividendos com base de exercícios anteriores		
Ações Ordinárias	25,641	1.744
Ações Preferenciais	28,205	2.256
Total		4.000

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. o valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Quadro informado no item 2.

b. a forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

c. eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

d. data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não aplicável.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

a. informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável.

b. informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	2024	2023	2022
Lucro líquido por ação (R\$):			
Ordinária	13,90	11,53	52,83
Preferencial	15,29	12,69	58,12

b. dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	2024	2023	2022
Dividendos distribuídos por ação R\$:			
Ordinárias	1,285	-	12,550
Preferencial	1,413	-	13,805
JSCP distribuídos por ação R\$ (bruto):			
Ação ordinária	2,372	3,785	-
Preferencial	2,609	4,160	-

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

a. identificar o montante destinado à reserva legal

R\$ 108.410,44.

b. detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Nos termos na alínea “a” do Artigo 30 do Estatuto Social, a reserva legal é constituída pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício, já deduzidos os eventuais prejuízos acumulados, que não excederá de 20% do capital social.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos (a) descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos; (b) informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos; (c) identificar se eventual parcela não paga é cumulativa; (d) identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais; e (e) identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a. descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

O Art. 30, alínea “c”, do Estatuto Social da Companhia prevê o pagamento de um dividendo mínimo que represente, em cada exercício, 25% do lucro líquido anual, ajustado na forma prevista no Art. 202 da Lei nº 6.404/76. Os dividendos serão declarados com integral respeito aos direitos, preferências, vantagens e prioridades das ações então existentes.

b. informar se ele está sendo pago integralmente

O pagamento dos dividendos obrigatórios será pago integralmente e dos juros sobre capital próprio foi pago integralmente conforme item 2 acima.

c. informar o montante eventualmente retido

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia (a) informar o montante da retenção; (b) descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos; e (c) justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências (a) identificar o montante destinado à reserva; (b) identificar a perda considerada provável e sua causa; (c) explicar por que a perda foi considerada provável; e (d) justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar (a) informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar; e (b) informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:

a. descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

O Estatuto Social da Companhia estabelece em seu Parágrafo Único do Art. 30, a formação de uma reserva especial destinada a futuro aumento de capital, no montante de até 90% do valor que remanescer após a apropriação da reserva legal e alocação dos dividendos, limitada a 80% do capital social, com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais. O remanescente poderá ser destinado à Reserva Estatutária Especial com a finalidade de garantir a continuidade da distribuição de dividendos, limitada a 20% do capital social.

b. identificar o montante destinado à reserva

- Reserva para Futuro Aumento de Capital: R\$ 1.340.413,88
- Reserva Estatutária Especial: R\$ 148.934,88

c. descrever como o montante foi calculado

	R\$ (mil)
Lucro líquido do exercício	2.168
Constituição da reserva legal 5%	108
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	2.060
Juros sobre capital próprio	370
Dividendos propostos	200
Resultado remanescente	1.490
Reserva para aumento de capital - 90%	1.341
Reserva estatutária especial - 10%	149

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital (a) identificar o montante da retenção; e (b) fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais (a) informar o montante destinado à reserva; e (b) explicar a natureza da destinação

Não aplicável.